



ISSN: 2310-0036

Vol. 1 | Nº. 8 | Ano 2017

Fidel Terenciano

Universidade Católica de Moçambique

fideldeanarosa@gmail.com

Cornélio Mucache

Prof. na Rede Estadual de São Paulo

cornemucache@yahoo.com.br

Zito Pedro

Universidade São Tomas de Moçambique

zitopedro18@gmail.com

NEOLIBERALISMO E AS PERCEPÇÕES DO PAPEL DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE: UMA DISCUSSÃO CRÍTICA

NEOLIBERALISM AND THE PERCEPTION OF THE ROLE OF TOURISM IN MOZAMBIQUE: A CRITICAL DISCUSSION

RESUMO

Este estudo apresenta como objectivo de investigação analisar os efeitos do turismo em Moçambique, considerando a influência do neoliberalismo na construção e reconstrução dos saberes e projectos políticos de gestão da actividade turística. Desde o início, a actividade turística foi associada a um processo que gera renda e empregabilidade, isto é, contribui para o desenvolvimento das localidades onde ela opera, mas este "ethos" está interligado com a visão pragmática do capitalismo e suas metamorfoses. Sob o ponto de vista metodológico, o artigo foi desenvolvido seguindo a abordagem uni-nível, isto é, construção de variações e correlações, considerando a percepção neoliberal do turismo em Moçambique, seguindo de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os dados do turismo e as dinâmicas inerentes a esta actividade no contexto moçambicano. Em termos de resultados, constata-se que apesar da política do turismo em Moçambique possuir uma metafísica economicista, contribui para o desenvolvimento da comunidade, produzindo renda e emprego nos locais turísticos. Aliado a isso, verifica-se uma necessidade de trabalho conjunto entre os diversos operadores nesta área, com vista a dar resposta às exigências do mercado e considerar a dimensão de conservação, alinhamento e coordenação de políticas que permitem a diversificação da base produtiva que inclua o turismo.

Palavras-chave: Turismo; Neoliberalismo; Desenvolvimento; Moçambique.

Abstract

This study aims to analyze the effects of tourism in Mozambique, considering the influence of neoliberalism in the construction and reconstruction of knowledge and political projects for the management of tourism. Historically, tourism has been associated with a process that generates income and employability, that is, it contributes to the development of the localities where it operates, but this ethos is intertwined with the pragmatic view of capitalism and its metamorphoses. From a methodological point of view, the article was developed following the uni-level approach, ie, the construction of variations and correlations, considering the neoliberal perception of tourism in Mozambique. This was followed by a literature review and a survey of documentary data on tourism and the inherent dynamics of this activity within the Mozambican context. In terms of results, it is noted that, despite the fact that tourism policy in Mozambique has an economic metaphysics, it does contribute to the development of the community, producing income and employment in tourist places. In addition, there is a need for cooperation amongst the various operators in this area, in order to respond to the demands of the market, and for a consideration of the dimension of conservation, alignment and coordination of policies that permits the diversification of the productive base that includes tourism.

Keywords: Tourism; Neoliberalism; Development; Mozambique.



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Introdução

O artigo procura fazer a discussão crítica sobre o neoliberalismo, os impactos nas políticas do turismo e na dinâmica quotidiana moçambicana, na medida em que no «neoliberalismo» (Chesnais, 1996; Furtado, 1998; Harvey, 2008), o Estado ao invés de contribuir para equilibrar os benefícios socioeconómicos, muitas vezes prioriza a promoção das actividades económicas desenvolvidas pelos actores hegemónicos (sector empresarial e turistas), enquanto que a comunidade se torna cada vez mais subordinada às determinações do mercado turístico.

Deste modo, a pesquisa perpassa pelas fronteiras do entendimento do papel do Estado moçambicano no contexto do capitalismo e do neoliberalismo, procurando entender de que forma a intervenção estatal se repercute nas comunidades e contribui para a segregação do espaço por onde se encontra “o tesouro turístico”, e, concomitantemente, a necessidade de implantação de estratégias alternativas inclusivas de turismo.

Neste sentido, este desdobramento surge numa lógica articulada à realidade moçambicana: a) Como é que “os sujeitos turísticos” concebem e articulam os interesses? b) De que forma são compreendidos os impactos destas congruências?

A tese de que se serve esta discussão é que, de certa forma, o neoliberalismo deturpa o conceito de turismo, reduzindo-o simplesmente ao desenvolvimento económico, sobretudo nos locais onde a actividade turística se desenvolve.

Opção Metodológica

O processo de materialização dos objectivos do nosso artigo segue uma abordagem qualitativa, sobretudo pela clara intenção de fazer uma revisão do debate sobre o turismo em Moçambique, sem se deter em demonstrações estatísticas. De acordo com Richardson (1999), a metodologia qualitativa permite não só descrever a complexidade de determinado problema, mas também a sua análise e a interacção de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Como tal, privilegiamos um roteiro baseado na pesquisa bibliográfica e documental. Tanto a pesquisa bibliográfica, como a documental, seguiu uma análise mais holística sobre os principais conceitos e instrumentos que regimentam a actividade turística e facilitam a exploração dos elementos analíticos do turismo em Moçambique. Distinguimos a Legislação do Turismo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, os Relatórios de instituições de tutela (públicas ou privadas).

O endogénico modelo do turismo moçambicano: contextualização e visão crítico-conceptual

Moçambique granjeia reputação internacional pela diversificação do potencial turístico que oferece e que o coloca numa situação privilegiada e competitiva no mercado. As vantagens comparativas demarcadas, têm, no entanto, permitido maior interesse desde o tempo colonial e crescentes investimentos neste sector (Belotti, 2013; Fernando & Gonçalves, 2011).

As iniciativas levadas a cabo pelas entidades coloniais do sector começam na segunda metade dos anos 50, com o processo de criação dos primeiros Centros de Informação Turística. Entre 1962 a 1972, muito embora baseado em critérios subjectivos (consensos e importância relativa das atracções de

cada zona), estabelece-se a delimitação e implantação das primeiras Zonas de Turismo (PEDTM II, 2016). Estes desenvolvimentos permitiram cumulativamente delinear Moçambique como ponto de referência para o turismo de praia a nível dos países da África Austral, essencialmente devido à população pacífica, ao mar quente, às praias de águas límpidas, às ilhas, à pesca e aos desportos aquáticos.

O período pós-independência foi caracterizado por uma baixa em termos de níveis de procura, devido às dinâmicas políticas, económicas e sociais da região, sobretudo a guerra civil que assolava o país. Como evidenciam as análises de Jones, Ibraimo, Matos, Neves e Nhamossa (2007), com as infraestruturas turísticas, de acesso, comunicação e transporte debilitadas, entre os anos 1980 e 1990, o turismo na sua dimensão externa foi marcado pela permanência das missões de cooperação internacional para a paz. Com a assinatura dos acordos de paz, enormes esforços se foram desencadeando para assegurar a imagem do país como destino turístico proeminente. Os esforços induzidos, como se refere em PEDTM I (2004), estiveram principalmente concentrados ao nível da consolidação da gestão estratégica e das políticas de implantação, sendo estas: em 1995, a Política e Estratégia Nacional do Turismo; em 1997, o Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo nas Zonas Litorais e o Quadro de Planificação para o Desenvolvimento de Turismo Regional em Moçambique; e ainda, em 2003, a Política do Turismo e a estratégia da sua implementação.

Em termos de contribuições, os dados do MINTUR (2006) indicam que a actividade turística moçambicana contribuiu cerca de 4.2% do PIB, empregando 8.2% da população economicamente activa. Ao nível da África Subsariana, esta regista um crescimento de postos de emprego na ordem

dos 7,5%. Este crescimento representa, a nível global, uma contribuição em cerca de 10,6% da força de trabalho; 10,2% do Produto Nacional Bruto Mundial e cerca de 655 biliões de dólares em receitas. Portanto, no ano de 2010, só em turismo, o país gerou receitas em torno de 17.690 bilhões de meticais, representando 6,2% da renda nacional total; 5,6% do PIB e cerca de 45.350 postos de trabalho. Todos estes indicadores de progresso indicam que o turismo constitui uma área prioritária na economia nacional, portanto, para a sua consolidação há necessidade de envidar maiores esforços, sobretudo em áreas em que os utentes desenvolvem maior interesse.

É por esta razão que muito embora o país ostente um potencial turístico vasto e crescente importa frisar que a actividade se encontra mergulhada numa série de limitações que exercem influência no fortalecimento do sector. A vertente económica neoliberal da actividade exerce domínio de tal forma que agudiza interesses conflitantes, emergindo desta forma benefícios ilusórios para a comunidade que deveria ser o principal favorecido. Isto prova que os contínuos investimentos que deixam transparecer um turismo socioeconómico que alicerça a economia moçambicana (ACIS, 2008; Daniel, 2013; Domingos, 2012; PEDTM, 2004; Torres, 2005), no fundo, são ainda um desaire face ao seu potencial contributo. Muito falta para que esta actividade esteja a serviço do desenvolvimento local, de forma que gere efeitos sobre o meio ou local onde se desenvolve a actividade. Como refere Cruz (2001:22):

A transformação do espaço em produto turístico requer uma crescente racionalidade devido à competitividade entre produtos turísticos, que se dá, hoje, em escala global. Essas racionalidades e competitividade, afectam a organização de todos os sectores produtivos. Como forma de adequação e sobrevivência no mercado globalizado, o planeamento territorial é uma condição para o sucesso dos planos e políticas setoriais.

Neste sentido, o turismo não somente deve representar uma actividade geradora de emprego e renda. De acordo com Beni (2007), deve ser capaz de prover condições para o desenvolvimento local em sectores-chave. Por esta razão, os desafios do turismo nacional, que se demarcam no acesso, procura, investimento e competências, constitui-se por altos custos, seja por passagens aéreas, um regime de vistos limitativo, posicionamento de mercado, regime de posse da terra, altos níveis de importação de bens e produtos, desenvolvimento limitado de atractivos naturais e culturais, pouca mão-de-obra qualificada, lacunas nas competências e conhecimentos das instituições do sector público aos níveis central e provincial do turismo (PEDTM, 2016). Subsiste a necessidade de implantação de um turismo não somente económico (na perspectiva de maximização de renda), mas também como fenómeno de base social, cultural e política (Ruschman, 1999; Zimmermann, 1996).

Deste modo, sendo o turismo um fenómeno social, cultural, político e económico, os seus efeitos sobre o meio ou local onde se desenvolve a actividade são um imperativo que os agentes que investem na actividade turística devem sempre procurar ajustar, em vista ao aumento da produção, produtividade e redistribuição dos dividendos sobre o todo.

O neoliberalismo turístico nesse sentido é uma prática que reproduz componentes nefastas à sociedade, levando a que países periféricos criem uma imensa sociedade de excluídos (Barbosa, 2005; Cunha, 1997; Lage, 2001). Muito embora, o turismo seja espaço de consumo e de conflitos, importa referenciar que se materializa por meio de objectos e acções enraizadas sobre um território e sobre crenças e valores. De acordo com Santos (2001), o espaço recria-se e reproduz-se constantemente nos lugares

com potencial turístico. A análise criteriosa dos desdobramentos referenciados nesta sessão do artigo, sobretudo, na forma como se concebem as relações capitalistas e de poder advindas dos processos de produção dos espaços em Moçambique, bem como as perspectivas da população residente face à sua inserção no processo de desenvolvimento da actividade, permite tirar conclusões sobre o modelo de turismo adoptado pelo estado moçambicano. Há que repensar o planeamento estratégico e operacional turístico, sem desconsiderar a importância das políticas de turismo para a construção de territórios, pois esta abordagem endossa uma ocupação, ordenação e transformação dos espaços. Conforme relata Cruz (2001) «o planeamento territorial se faz necessário para reorganização do lugar e para a elaboração de políticas setoriais expressivas» (p. 22).

Turismo como uma oportunidade para os excluídos

A dinâmica da acumulação capitalista, em resposta às crises globais, submete a acção do estado a favor do mercado. Assiste-se a lógicas globais sob o comando de corporações e bancos internacionais que se sobrepõem à autonomia dos governos (redireccionando as suas políticas para responder a interesses globais). Operadores turísticos por sua conta própria, ao alocarem os seus investimentos, procuram a mais-valia nos espaços e na exploração do trabalho humano. As comunidades locais passam a ser meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, o que estabelece formas contraditórias e desarticuladas entre o lugar, a nação e o mundo. O turismo materializa-se na sequência em função dessa diferenciação histórica e geográfica dos lugares e das regiões (Cariolano, 2003; 2006).

É tão pertinente o local quanto o mundial. As relações sócio históricas, articuladas em função de mudanças e reestruturação dos espaços, permitem melhor aproveitamento dos recursos locais, algo que transporte o valor dos patrimónios culturais e dos territórios das populações locais para os turistas, enquanto objecto do olhar, do prazer e de desejo.

No tempo onde os processos históricos seriam inoperantes, a técnica utilizada proporciona agilidade e capacidade de organização territorial, pois para cada modalidade de turismo existe uma demanda espacial. Aproveitam-se áreas como reservas naturais, zonas litorais, áreas urbanas e rurais, cidades históricas. Com o turismo, os novos processos concentram ou distribuem rendimento, regulam a forma de exploração de mão de obra, além de entrada de divisas.

Requer-se controlo governamental e sobretudo participação da sociedade de toda a actividade capitalista. Os equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, agências de viagens, de comunicação) e os ambientes de lazer servem de suporte à mobilização da mão-de-obra globalizada, pois estão ao serviço da reprodução do capital. Mas a lógica não é tão perfeita (Cariolano, 2003; Cariolano, 2006; Silveira, 2002).

Sob concorrência oligopolista (Pearce, 1991), os investidores sofrem restrições de mega-operadoras internacionais e, em função dos altos níveis de concentração e de integração de grandes conglomerados actuantes nos principais mercados emissores, criam-se, muitas vezes, barreiras à sobrevivência e à entrada de novas operadoras e de pequenos destinos turísticos, que funcionariam como produtores de espaços estandardizados e controlados pelas redes mercantis locais e/ou regionais. Essa tendência implica continuar a distribuição injusta da riqueza, uma reprodução

contraditória ao que se propõe como génese do desenvolvimento local, isto é, preservar lugares, proteger e reaproveitar recursos e a cultura, em benefício mútuo e sobretudo local. Observa-se uma tendência contrária, caracterizada pela transformação do espaço em mercadoria, a massificação das culturas de forma a atender maioritariamente as necessidades dos que vêm de fora em detrimento dos que ali habitam.

Aos poucos, a sociedade civil desmistifica essas estratégias por meio de práticas de inclusão que beneficiam economicamente em grande parte as populações dos territórios por onde a actividade se desenvolve. A sociedade civil representa, no entanto, o suporte de que se faz necessário para resgatar a dignidade humana, a recuperação da valorização humana no trabalho. Desta forma possibilita maior avanço da exploração do trabalho industrial, comercial e financeiro, nos diversos mercados internacionais relacionados com a actividade turística. É a viagem de lazer, elitizada (invenção da sociedade de consumo), transformada em mercadoria que molda respostas das necessidades locais, e não especialmente do capital.

O fenómeno próprio das classes ricas que podem comprar lazer faz com que hoje o turismo atinja os mais periféricos, gerando rendimento de que necessitam para a sua subsistência. Estende desta forma o raio de acção aos lugares tidos como subdesenvolvidos e às classes pobres, que outrora não usufruíam, pois produziam somente serviços turísticos na base alargada de injustiça social e desigualdade. Muito embora não tenha sido totalmente eliminada, a actividade turística hoje envolve relações sociais e de poder de ganhos entre os residentes e turistas, produtores e consumidores (Coriolano, 2003; Coriolano, 2006; Furtado, 1998; Cruz, 2001). Esta abordagem do

turismo enquanto prática social é também económica, política, cultural e educativa. Como defende Chesnais (1996):

Se não é menos verdade que o turismo é produto simultâneo do ócio e do trabalho. Então não é mais verdade que ele é o produto do modo de viver contemporâneo. A riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para sua produção e apreensão, nos conflitos e possibilidades de entendimento desse fenómeno.

Das expectativas às controvérsias da minimização da pobreza nas zonas turísticas

Os territórios turísticos posicionaram-se durante tempos como campo de expectativas e controvérsias. Esta tendência caracterizada pelo domínio capitalista e relegação dos interesses locais e dos trabalhadores deu lugar a um turismo com estratégias centralizadas no lucro. Os territórios turísticos concebidos na base de estratégias do capital, do espetáculo e do embevecimento dos visitantes tornam-se susceptíveis a resistências, sobretudo dos residentes, apesar de nem todos participarem da luta (como é natural, parte da população aliena-se pelo consumo, adaptando-se ao sistema de produção capitalista convencional).

Apesar de qualquer dos negócios ter como expectativa o lucro, fica clara a necessidade de que este promova distribuição de rendimento. O sector do turismo é levado a produzir e reproduzir rendimento, criando oportunidades de melhorias na qualidade de vida dos seus trabalhadores e nos territórios onde se desenvolve a actividade. É nessa vertente que Pearce (1991), Rodrigues (1997), e Cariolano (2006), são unânimes em afirmar que ao mesmo tempo que a tendência de acumulação cresce na maioria dos lugares e na maior parte dos negócios turísticos, inclusive em Moçambique, nas regiões litorais, emergem ricas experiências voltadas para menor

exploração do trabalho, com melhores ganhos para os trabalhadores, além dos capitalistas, distribuindo melhor os resultados do trabalho social e fazendo valer os valores comunitários.

A exploração das relações de trabalho, embora complexa, está hoje associada às relações mais flexíveis e cada vez mais adaptadas aos interesses das comunidades locais. Existem inúmeras correntes teóricas que os fundamentam. A título de exemplo, encontramos o modelo fordista.

O modelo fordista que massificou a cultura, a escola, a comunicação e tornou massivo o turismo, requereu uma maior superação em termos de estratégia de fusões e/ou aquisições, formação de conglomerados e de oligopólios dominantes, organizando a produção de forma flexível quanto ao trabalho e aos lugares. Por conta da crise, concebeu-se um turismo de génese flexível, voltado para as individualidades e com alto nível de qualidade, profissionalismo, competência. O custo que se caracterizava por ser alto, foi-se equilibrando, reduzindo-se a uma abordagem do turismo adaptada às conjunturas comunitárias, locais e regionais.

Do turismo global, elitizado e de *resorts*, emergiu o turismo local e alternativo, voltando-se para os interesses dos residentes, das pequenas pousadas, da valorização e manutenção da identidade local, mesmo que em processo simultâneo de resistência e solidariedade. Assim, executivos de *resorts* ambulantes, vendedores de *souvenir* (lembranças) e artesanato são igualmente trabalhadores do turismo. Nesse processo de reestruturação e de constituição de territórios turísticos, emergem evidentemente novas contradições, sendo as mais comuns no caso moçambicano as de uso e posse da terra e oportunidades de trabalho.

O modelo fordista indica-nos como os interesses em conflito se dispõem como alternativas, pois o turismo alternativo, desenvolvido a partir das comunidades e pelas comunidades, bem como os das favelas, dos índios, dos acampamentos dos sem-terra, ou seja, de diversos grupos de excluídos (Rodrigues, 1997; Cariolano, 2006) é uma resposta à necessidade de superação.

A inclusão, no modo de produzir, muda a forma como cada classe ou grupo se vê e como os níveis de conflitos produzem resistências ou não. Não há como afastar a análise do turismo da valorização do espaço, da produção e das contradições do modelo produtivo vigente.

O enfoque humanista é outro dos modelos que realça a necessidade de inclusão. Reconhecendo os focos de interesses a princípio divergentes entre os capitalistas e a classe trabalhadora ou comunitária local, a mais expressiva é a acumulação de capital por parte do regime capitalista. Redirecciona a atenção para a solidariedade entre povos e territórios locais onde a actividade é explorada. É certo que na maioria dos lugares e territórios não se verifica a tendência, mas uma minoria mostra que é possível atender a interesses múltiplos. Ideias dominantes que são amplamente divulgadas até à formação do discurso de que o turismo é um vector linear gerador de emprego e renda, além de que todos ganham com o turismo, são ideias superficiais. Os governos propalam o discurso do mercado neoliberal, ao afirmar que o turismo é o caminho para o desenvolvimento e que os obstáculos serão vencidos por essa via. Omite-se, no entanto, a missão do estado como regulador, para justificar a sua empatia acrítica face aos interesses do capitalista.

Coriolano (2003) defende, no caso moçambicano, que em algumas províncias, o território serve como laboratório da dialética expressa nos discursos e práticas sobre o turismo, que opõe a percepção humanista e comunitária. Ao incorporar nos seus discursos a ideia de comunidade e de inclusão social, fá-lo para se legitimar, mais do que isso, para cooptar os movimentos e as resistências sociais, posicionando-se pelas minorias dominantes, ao contrário do que se esperava de ficar a favor da maioria excluída. As sociedades sem capacidade crítica para perceber a falácia do discurso governamental submeteram-se à acção estatal de construção de uma forma de turismo segregado, aquele que impede o turista de conhecer de facto o local que visita. Por outro lado, Coriolano (2006) refere que estados neoliberais comprometem-se com o turismo internacional, esperando a entrada de divisas, sem verificar os seus resultados sobre as “exclusões sociais”, pois, na prática, as formas de se obter emprego e rendimento que garantam a grande maioria da população são ilusórias.

Muitos acreditaram no discurso de que a actividade turística ao ser introduzida nos países periféricos é uma alternativa de oferta de emprego e rendimento, no entanto, claro que se trata de um mito. Aqueles que ainda não se inseriram nos roteiros lutam pela sua inclusão. O planeamento, a administração, as políticas e os modelos de gestão adoptados pelo país no que se refere ao sector do turismo não têm sido suficientes para superar esta crise. A questão não está na ausência desses instrumentos ou, por outras palavras, na diversidade de recursos turísticos no território, mas no conteúdo a partir do qual esses instrumentos se instrumentalizam, isto é, os conteúdos das crises, seja no turismo seja noutra sector da sociedade. Até porque é preciso superar os problemas das territorialidades turísticas antes

de resolver a questão da gestão. O caos não está nela, mas no conteúdo que se lhe deu (Rodrigues, 1997; Cariolano, 2006).

Como resultado, as práticas da sociedade civil organizada e das comunidades tomaram duas direcções distintas: a) as dos que não acreditam no turismo, por acharem sobreestimadas as possibilidades de extraordinários ganhos pelo sector, b) os que acreditam e o procuraram como perspectiva de desenvolvimento e solução para o território. Não sendo o turismo diferente de qualquer outra actividade capitalista, não se pode considerar esta actividade como maldição, na perspectiva de uma condição linear do desenvolvimento local.

O sucesso a nível comunitário do turismo não obsta a que continue a existir um desconhecimento da presença do Estado ou da mundialização do capital. Não se trata de se desligar dessas realidades, implica, contudo, redireccionar a política estatal para os interesses das economias populares, enquanto alternativas de resultado social mais amplas e continuadas (Cariolano, 2006). O turismo comunitário é uma estratégia de sobrevivência e de entrada dos excluídos, com menores condições económicas, na cadeia produtiva do turismo. Representa uma forma de turismo que pensa no território, na conservação ambiental e na preservação da cultura.

Conjunturas para um turismo sustentável: da crítica à sustentabilidade efectiva

Beni (2007), por exemplo, indica que o desenvolvimento harmonioso da actividade turística é dependente do espaço geográfico, da demanda, da oferta e das operadoras de mercado. Porém, para Zimmermann (1996), a percepção da actividade turística estabelece-se no espaço físico, no tempo e

no indivíduo. Estes elementos no seu todo corroboram-se como factores interrelacionados e que se caracterizam como sistema, sendo que, desta forma, deve evoluir na dinâmica de qualquer sociedade e época.

É perceptível a partir das circunscrições que o turismo cria a nível do território que este precise de tempo para que se transforme e obtenha resultados genéricos e sustentados. Não são os discursos em si nem a implantação de políticas e estratégias que fazem com que o turismo resulte como alternativa ao desenvolvimento local (Coriolano, 2003; Coriolano, 2006; Rodrigues, 1997).

No entanto, a sustentabilidade do turismo está alicerçada nos elementos básicos que compõem a estrutura do turismo, tanto em Moçambique, como em qualquer outro espaço no mundo. De resto, os processos e dinâmicas do funcionamento, tanto das políticas, como da jurisprudência e questões culturais que têm o seu impacto no funcionamento do turismo, são evidentemente eixos que não se devem excluir ao conceber-se o fenómeno “turismo”. Ora, parece-nos claro que há um conjunto de factores económicos e não económicos que delineiam a escolha do destino pelo usuário, a permanência no local escolhido, o tipo de meios de transporte, o alojamento e as modalidades turísticas a explorar. O que se verifica em Moçambique é uma desarticulação e ausência de efectivas ligações intersectoriais, o que leva à falta de coesão inter e intra-organizacional.

Em função disso, a actividade turística pode levar à rentabilização em cadeia «doméstico - receptivo - emissor» e da mesma forma «interior (doméstico e receptivo), nacional (doméstico emissor) e internacional (emissor e receptivo)»

É possível prover um Turismo que promova o Desenvolvimento Local em Moçambique?

Uma explicação geral permite-nos compreender que o conjunto de estratégias que o governo moçambicano tem vindo a adoptar tem em vista a construção de um projecto político e social que inclui o turismo como espaço para a realização do desenvolvimento económico e local. A mais profunda análise das várias iniciativas desenvolvidas neste sector nos últimos anos, como defende Almeida (2002), está na forma como o turismo se predispõe à efectivação do desenvolvimento social e não apenas no refinamento de estratégias de descentralização na sua dimensão política, económica e financeira.

As reflexões de Barbosa (2005), Barreto (1995), Banducci e Barreto (2005), defendem que ao se configurar o turismo como particularidade de efeitos concomitantes indirectos, sobretudo na localidade, permite aferir o quanto a economia de uma determinada comunidade cresceu e a favoreceu. Consubstancia-se os efeitos directos de que também o turismo é percebido por via das despesas realizadas pelos turistas dentro das instâncias e nos mecanismos de apoio na sua estadaa e movimentação. É, no entanto, preciso criticar a distribuição dos ganhos do turismo, especialmente se não for articulada económica e socialmente, pois os custos expressos pelos indicadores económicos muitas vezes não têm em conta qual é o retorno, que pode ser colocado à disposição para as necessidades básicas das comunidades locais.

Um turismo que se proponha a desenvolver Moçambique, além de bem planeado, deverá ser capaz de permitir, na mesma génese de planificação, a recondução de parte dos rendimentos do sector em benefício do espaço em que ocorre, não somente com a geração de emprego, aumento de renda

no local e na comunidade, mas promovendo o local, incentivando a melhoria de infraestruturas básicas e dos serviços sociais, ainda que deva permitir a diversificação da economia. É nesta vertente que Cunha (1997) sugere que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local, se for suficientemente integrado, catalítico e útil ao sector. Nas suas próprias palavras:

O desenvolvimento pode ser integrado quando o turismo surge como um promotor dominante do processo de desenvolvimento... O desenvolvimento pode ser catalítico quando as atividades turísticas surgem como estimuladoras do desenvolvimento, assumindo um papel complementar, e, neste caso, as actividades turísticas têm de ser compatíveis com todas as outras... O desenvolvimento pode ser útil quando as atividades turísticas são úteis ao desenvolvimento regional e constituem um meio de diversificação da actividade económica, mas não a influenciam. (Cunha, 1997:32)

Não é unilateral olhar para o turismo, como se subentende, considerando os postulados da política de emprego, da expansão do investimento e diversificação da indústria do turismo como condições únicas de desenvolvimento local. Medidas activas de promoção de emprego para o sector do turismo, de melhoria da qualidade da mão-de-obra e desenvolvimento de competências para aumentar a produtividade e a competitividade nos locais de actividade turísticas, muito embora prioritárias do sector, assistem grandemente à vertente económica. Resta reconduzir os ganhos económicos a favor das necessidades básicas das comunidades locais e na melhoria dos serviços sociais básicos de que o território dispõe. Só assim o turismo poderá conduzir ao desenvolvimento local.

Conclusão

Do debate levantado ao longo do artigo, verifica-se que a ideia da sustentabilidade do turismo e as suas implicações no contexto de

Moçambique seguiu uma lógica liberal, por via do *ethos* capitalista, pelo qual o espaço turístico é enaltecido em detrimento da inclusão das demandas sociais. O marco temporal remonta às décadas de 80 e 90 do século passado, em que se verificou um fortalecimento do turismo. Sustentado pela ideologia, prosseguiu-se na edificação política, económica e social do seu *modus operandi*.

Portanto, apesar de se verificar um espaço nato de oportunidades para actividades turísticas, as dinâmicas obrigaram a estabelecer um turismo cujas necessidades pudessem conferir mais benesses para a comunidade local. Mas para tal, mostra-se necessário um trabalho conjunto com os parceiros nacionais e internacionais, criação de ligações espaciais e temporais que se orientem também para a lógica dos mercados globais.

Do mesmo modo, a tentativa de utilizar o turismo como mecanismo para a diversificação da base produtiva e crescimento da economia moçambicana proporciona, por um lado, muitos benefícios e obviamente alguns aspectos críticos. Direcçãoando-se na vertente positiva, a actividade turística reforça a base fiscal, um dos ganhos mais significativos que o país vem gerando, destacando-se pelo aumento das receitas fiscais ou pela criação de empregos.

Portanto, sobre este último ponto, a existência de condições para que se afirme o turismo em Moçambique é uma oportunidade que não se deve ignorar. Há que potencializar as pequenas e médias empresas para que desenvolvam competências para exploração dos recursos turísticos, associarem-nos ao desenvolvimento económico, local e à sustentabilidade ambiental. O facto de não se acautelar parte dos ganhos para se reinvestir sobre o social é crítico, pois o turismo tem uma dimensão social importantíssima para que se produza desenvolvimento.

Apesar da política do turismo em Moçambique possuir uma metafísica economicista, esta contribui para o desenvolvimento da comunidade local. O progresso passa necessariamente pela articulação socioeconómica, um enfoque na coordenação de políticas, práticas e estratégias que permitem a diversificação da base produtiva.

Referência Bibliográfica

ACIS (2008). *Quadro legal do licenciamento de empreendimentos turísticos e afins em*

Moçambique. Maputo.

Almeida, P. H. de (2002). *Pequena empresa e desenvolvimento local - os limites da abordagem*

competitiva. In: *Gestão e desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, Brasil: Casa da Qualidade.

Banducci, A. & Barreto, M. (Orgs). (2001). *Turismo e Identidade local. Uma visão Antropológica*.

Campinas, Brasil: Papirus.

Barbosa, F. O. (2005). *Turismo Como um Fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional*.

Caminhos de Geografia. nº 10 (14). p.107-114.

Barreto, M. (1995). *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas, Brasil: Papirus.

Belotti, S. (2013). *Meio Ambiente e Turismo Sustentável em Moçambique: Organização*

Territorial e Conhecimentos Culturais no Parque Nacional de Zinave.

Actas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique:

História, Memória e Ciência - IICT - JBT/Jardim Botânico Tropical, p.24-

26 Outubro de 2012. Instituto de Investigação Científica Tropical,

Lisboa.

Beni, M. C. (2007). *Análise e Estrutura do Turismo (10. ed.)*. São Paulo, Brasil: Senac.

Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo, Brasil: Xamã.

Coriolano, L. N. (2003). *Turismo de inclusão e desenvolvimento local*. Fortaleza, Brasil. FUNECE.

Coriolano, L. N. (2006). *Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios*. In

publicación: *América Latina: cidade, campo e turismo*.

Cruz, R. C. A. (2001). *O Nordeste que o turismo (ta) não vê*. In: Rodrigues, Adyr Balastreri.

Turismo. Modernidade. Globalização. São Paulo, Brasil: Hucitec.

Cunha, L. A. G. (1997). *Economia e política do turismo*. Amadora, Portugal. McGraw-Hill.

Domingos, C. T. (2012). *Políticas públicas de promoção turística e desenvolvimento sustentável:*

um estudo de caso em Vilanculos/Moçambique. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil.

Fernando, M., & Gonçalves, A. (2011). *Vulnerabilidade socio-ambiental das políticas de*

desenvolvimento do turismo em Moçambique: a experiência das "Áreas Prioritárias para o Investimento Turístico - APIT's" em Inhambane. XIV Encontro da Rede Luso-Brasileira de Estudos Ambientais.

Furtado, C. (1998). *O capitalismo global (2.ed.)* São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

Harvey, D. (2008). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Brasil: Loyola.

Jones, S.; Ibrahim, H.; Matos, C.; Neves, H., & Nhampossa, P. (2007). *Turismo e a economia*

local: o caso da Praia do Bilene, Moçambique. Documento para discussão número 56.

Lage, B. H. G. (2001). *Economia do Turismo* (7ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Menezes, F. O. (2004). *O município de Bodoquena - MS: uma análise do turismo como*

instrumento de auxílio para o desenvolvimento local. Dissertação Mestrado: Universidade Católica Dom Bosco -Brasil.

Pearce, D. (1991). *Tourism Today - A Geographical Analysis.* New York. Longman.

Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique I (2004-2013).

Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique II (2016-2025).

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3ª ed). São Paulo, Brasil: Atlas.

Rodrigues, A. B. (1997). *Turismo e Espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar.* São Paulo:

HUCITEC.

Ruschman, D.V.M. (1999). *Turismo e Planeamento Sustentável: A protecção do meio ambiente*

(5ª ed). Campinas, São Paulo: Papyrus.

Zimmermann, A. (1996). *Planejamento e organização do turismo rural no Brasil.* In: Z, Adonis; C,

Isis. Turismo rural - um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed. do Autor.